

EDITORIAL

A vocação originária do CIPEDES é a de ser um centro interdisciplinar comprometido com uma reflexão aberta, crítica e criativa sobre os grandes problemas da educação superior numa perspectiva comparativa. Esta vocação vem sendo construída através de suas Separatas que busca associar ao debate latino-americano as principais propostas internacionais de reforma do ensino superior: Rapport Attali (França), Boyer Commission (Estados Unidos), Conferência Mundial da Unesco e, em preparação, o Dearing Report (Inglaterra). Dentro dessa preocupação comparativa, este número está publicando um artigo de Martin Carnoy, da Faculdade de Educação da Universidade de Stanford e um dos melhores especialistas em economia da educação, e um outro de Ana Fanelli, pesquisadora argentina do Cedes, apresentado, em setembro de 1998, no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association de Chicago. Neste último ano deste século XX – com seu significado mítico de mudança de milênio – observá-se em vários países uma tendência ao reformismo educacional. Um exemplo de atualidade é a reforma educacional proposta pelo governo socialista de Lionel Jospin na França. Sem entrar no mérito da reforma – que envolve o ensino superior através da proposta de estruturação mais compacta dos diferentes níveis de ensino – da graduação aos estudos doutorais – e a articulação orgânica entre os pesquisadores do CNRS e as universidades, a resistência contra a reforma cresce. Além das questões substantivas, é muito clara a reação ao estilo autoritário (“bulldozer”) do Ministro da Educação, da Pesquisa e da Tecnologia, Claude Allègre, reconhecido pesquisador da área de geologia, e que vem gerando crescentes mobilizações de protesto de docentes e estudantes que tem sido a base eleitoral dos socialistas.

O contexto francês nos enseja uma reflexão sobre a complexidade de qualquer reforma que envolva educação, ciência e tecnologia. Não apenas porque diz respeito a um campo muito sensível da sociedade, com muitas tradições e interesses acumulados, mas porque a comunidade acadêmica geralmente resiste a qualquer ameaça aos seus espaços de liberdade no ensino e na pesquisa. O equilíbrio entre um saudável corporativismo acadêmico que nos vem da Idade Média, a sedimentação de uma inércia institucional nas diferentes instâncias da universidade e a necessidade de periódica inovação nos campos acadêmico-institucional, é sempre um complexo desafio para qualquer governo. Pesquisas mostram que processos de mudança na universidade se fazem pela via autoritária ou, em contextos democráticos, supõe-se um certo grau de consentimento e negociação entre os diferentes atores envolvidos.

Por essas razões, é fundamental que o caminho da reforma seja construído através da discussão organizada para alcançar mudanças qualificadas e implementáveis, sem romper o tecido acadêmico. No caso brasileiro a reforma necessária vem enfrentando de forma cada vez mais aguda a incapacidade governamental de construir essa via pelo diálogo e a negociação. As discussões são espasmódicas e ineficazes para definição das políticas governamentais e a tendência tecnocrática-autoritária das reformas em curso vai dominando e bloqueando os avanços consensualizados.

De um lado, no complexo jogo de xadrez do MEC, que consumiu o primeiro mandato presidencial sem nenhum avanço e muitos recuos no âmbito do ensino superior, os parâmetros já estabelecidos deixaram evidente o caminho em vias de implementação. Desde o controle político sobre a escolha dos Reitores à montagem de um sistema governamental de “Estado avaliador”, o projeto principal de “autonomia plena” à la carte, acabará por criar universidades federais de primeira e segunda classes, dualizando o sistema federal e abrindo o espaço para um sistema privado plenamente autônomo.

De outro lado, o estilo Bresser revela todo o frescor de sua vitalidade “reformista” praticada à sociedade no Ministério da Reforma do Estado. Além de que sua principal proposta para área de ciência e tecnologia, tem sido essencialmente “um novo organograma para o Ministério” (Reinaldo Guimarães, n. 1226), é cada vez mais clara a vontade de reduzir a autonomia institucional do CNPq sob pena de cheque ao Rei e deslocar para a FINEP – enfaticamente definida como “empresa” de financiamento de “joint-ventures” tecnológicos – os recursos prioritários da “caixa preta” do MCT, alocados, durante o Ministério Israel Vargas, sem a participação da comunidade científica.

Artigos recentes do ex-ministro José Goldemberg criticando a política educacional do MEC e de Eunice

Duhran denunciando “o desmantelamento do CNPQ” mostram que, para além das discordâncias públicas inter e intra-governamentais, há uma discussão de fundo sobre a eficiência e a ineficiência do tecnocratismo-autoritário. Não se pode subestimar o alto custo para as universidades federais pela marcha lenta do MEC e os efeitos devastadores do estilo Bresser” no MCT. Inclusive o MEC que ponha as barbas de molho. É preciso não esquecer que, no primeiro governo FHC, já foi surpreendido pela proposta do MARE de transformar as universidades em “organizações públicas não estatais”, e agora corre o risco de ser atacado pelo flanco da C&T. Essa disputa de projetos põe à nu que está em gestação no governo, através de periódicos balões de ensaio, uma nova reestruturação das áreas de educação superior, pesquisa e tecnologia e que aponta para o modelo unificado francês.

Nos enfrentamentos da SBPC com o Ministro-presidente do CNPq é fundamental ter o claro discernimento que para o governo a questão central subjacente é a nova relação entre as universidades públicas e os dois ministérios referidos. Quem for mais competente e ágil ganha. É indispensável que a SBPC e a ANDIFES se unam para o enfrentamento comum da problemática da “autonomia” das universidades federais e do CNPq. O risco maior é que, em nome de interesses aparentemente diferenciados, se fragilize o poder efetivo de pressão sobre o governo.

É a hora da união de todos os segmentos organizados para que o confronto setorializado não esconda a visão da floresta. O centro da disputa é a universidade pública onde se realizam 90% das pesquisas científicas e tecnológicas e, por isto, tornou-se a arena dos conflitos reais e, ao mesmo tempo, é a instituição de referência para onde convergem esses interesses supostamente setoriais. Se a universidade continuar a ser fortemente desestabilizada e inviabilizada financeiramente pelo governo, tal fato terá um efeito em cadeia sobre todos os setores e o ensino e a pesquisa serão feridos de morte.

Essa visão sistêmica foi essencial, nas últimas décadas, ao desenvolvimento das universidades (qualificação e profissionalização do corpo docente, expansão da pós-graduação, etc.) e da pesquisa básica e aplicada (institucionalização na universidade e o papel das agências de fomento diferenciadas). Desde o Manifesto elaborado em Angra dos Reis, em meados de 1998, havia uma visão estratégica, com capacidade aglutinadora, na defesa e na construção de uma nova universidade pública. Este esforço foi afetado, em grande parte, pelas divisões geradas pela crise sem precedentes da UFRJ e, agora, pelas novas propostas nas áreas de C&T. O Ministro Paulo Renato, à época da greve, comprometeu-se publicamente, em criar uma comissão de alto nível para elaborar uma proposta de reforma da universidade, mas preferiu as conversas informais com Reitores, professores e pesquisadores. O Ministro Bresser Pereira está se expondo mais ao debate, embora ao ouvir os clamores unânimes da comunidade científica” não se comprometa ou, o que não se pode excluir, faça “ouvidos de mercador”.

Nesta nova conjuntura do segundo governo FHC, é imperativo reconhecer que somente na unificação da luta por uma universidade qualificada, tendo por missão o ensino, a pesquisa e a extensão socialmente comprometida com o desenvolvimento do país, é que encontraremos o locus comum para a resistência ao desmantelamento das área de educação, ciência e tecnologia e a arena para uma negociação consensualizada entre a comunidade acadêmico-científica reunificada e o governo. O resto é o jogo cooptativo do governo manipulando as divisões internas da comunidade acadêmico-científica para legitimar os seus próprios objetivos e ganhar tempo diante da crise generalizada.

*Hélgio Trindade**

(*) Professor de Ciência Política da UFRGS. Pesquisador 1A do CNPq. Atualmente professor da Cátedra Simon Bolívar do Instituto des Hautes Etudes de Paris . E-mail: helgio@zaz.com.br